

TERRA DO PECADO: O «FATOR DEUS» NO PRIMEIRO SARAMAGO

LAND OF SIN: THE «ELEMENT OF GOD» IN THE FIRST SARAMAGO

TERRA DO PECADO: EL «FACTOR DIOS» EN EL PRIMER SARAMAGO

Carlos Nogueira

Cátedra José Saramago – Universidade de Vigo (Espanha)

ABSTRACT

José Saramago's public thinking and statements about religion would not have elicited as many reactions (positive and negative) if he had not written larger works such as *The Gospel According to Jesus Christ* and *Cain*. However, this theme does not arise only in these books by Saramago. In the writer's first novel, *Land of Sin* (1947), the problems of religion and evil are already the great movers of the whole narrative and an eloquent illustration of José Saramago's ideas regarding the religious universe and society in general (Portuguese and others too). These questions are not outlined with the force here as in his other books, but Saramago's worldview is already very visible in this book, and also noteworthy, particularly if we remember the author's youth, who was only twenty-four years old when he published the book.

Keywords: *Land of Sin*; religion; God; sexuality; evil.

RESUMO

O pensamento e as declarações públicas de Saramago sobre a questão religiosa não desencadeariam tantas reações (a favor ou contra) se o autor não tivesse escrito obras

maiores como *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* e *Caim*. Todavía, este tema não surge apenas nestes e noutros livros de Saramago. No primeiro romance do escritor, *Terra do Pecado* (1947), os problemas da religião e do mal são já as grandes motivações de toda a narrativa e uma ilustração eloquente das ideias de José Saramago relativamente ao universo religioso e à sociedade em geral (portuguesa e não só). Estas questões não aparecem delineadas, nem de longe, com a força que outros livros lhe imprimirão, mas a multividência de Saramago é já neste livro muito visível e até bem digna de nota, se nos lembrarmos da juventude do autor, que contava apenas vinte e quatro anos quando publicou o livro.

Palavras-chave: *Terra do Pecado*; religião; Deus; sexualidade; mal.

RESUMEN

El pensamiento y las declaraciones públicas de Saramago sobre la cuestión religiosa no desencadenarían tantas reacciones (a favor o en contra) si el autor no hubiese escrito obras mayores como *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* e *Caim*. Todavía, este tema no surge en este y otros libros de Saramago. En la primera novela del escrito, *Terra do Pecado* (1947), los problemas de la religión y del mal son ya las grandes motivaciones de toda la narrativa y una ilustración elocuente de las ideas de José Saramago relativas al universo religioso y a la sociedad en general (portuguesa y no solo). Estas cuestiones no aparecen delineadas, ni ampliamente, como la fuera que otros libros le imprimirán, mas la multividencia de Saramago está ya en este libro muy visible y hasta bien digna de nota, si nos centramos en la juventud del autor, que contaba apenas con veinte y cuatro años cuando publicó el libro.

Palavras-chave: *Terra do Pecado*; religión; Dios; sexualidad; mal.

Fecha de recepción: 18 de noviembre de 2019.

Fecha de aceptación: 11 de diciembre de 2019.

Cómo citar: Nogueira, Carlos (2019): «*Terra do pecado*: o “Fator Deus” no primeiro Saramago», en *Actio Nova: Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, Monográfico 3: 17-37. DOI: <https://doi.org/10.15366/actionova2019.m3.002>

«Os homens trazem em si a crueldade» (Saramago, 2010: 162). Destaco esta afirmação e faço-a acompanhar do que imediatamente a seguir escreveu José Saramago, para não ficar desde já a impressão de que tanto Saramago como eu vemos no mal uma inevitabilidade biológica: «Não devemos esquecer-nos disso, devemos ter cuidado. É preciso defender a possibilidade de criar e defender esse espaço de consciência, de lucidez. Essa é a nossa pequenina esperança» (Saramago, 2010: 162). O problema do mal tem sido traduzido em termos teológicos ou em termos seculares. Saramago sabia isso muito bem e lidou com o problema dentro destes dois sistemas. Ao longo deste ensaio procurarei fundamentar esta afirmação simples e, aparentemente, até simplista.

Quero avançar de forma segura e clara e, para isso, recorro já a outra citação de Saramago, em cujas muitas centenas de páginas de depoimentos encontramos sínteses muito eloquentes e firmes das suas ideias e da sua obra literária. Esta passagem, que faz parte de uma entrevista, está recolhida num dos capítulos do livro *José Saramago nas Suas Palavras* (2010), organizado por Fernando Gómez Aguilera:

Agora, no mundo do inteligível, do que se pode entender, compreender, nós somos os únicos que podemos ter uma noção do universo, uma noção da vida. Não há outros. A abelha não pode, o mosquito não pode, o chacal não pode. Ninguém pode senão nós, e, nesse sentido, sim, somos o centro [de todas as coisas], mas é um centro que tem de ser responsável por si mesmo e responsável pelos outros. (Saramago, 2010: 162-163)

Há, nesse capítulo que Fernando Gómez Aguilera designou de «Ser humano», toda uma constelação de fragmentos que especificam com total coerência a (des)esperança de José Saramago em relação à natureza humana. A palavra «mal», que Saramago nem usa muito ao longo de toda a sua obra literária e não-literária, resume perfeitamente o conteúdo de uma sequência como esta:

O que está em causa não é a violência, é a crueldade. Violenta é toda a natureza. Para que eu coma o meu filé, tenho que matar um boi. Nós, seres humanos, os tais seres racionais, inventamos a crueldade. Portanto, é sobre a crueldade que deveríamos discutir. Quando começarmos a discutir sobre a crueldade, o problema da violência resolve-se. (Saramago, 2010: 154-155)

O vocábulo mal é sinónimo de crueldade, violência, tortura, fome, egoísmo, ambição, e não pode ser senão no Homem que devemos procurar compreender essa marca do humano. Esta outra passagem de Saramago contraria, só por si, a tese segundo a qual o

mal é uma manifestação apenas ou sobretudo da biologia: «A humanidade nunca foi educada para a paz, mas sim para a guerra e para o conflito. O «outro» é sempre potencialmente o inimigo. Andamos há milhares de anos nisto» (Saramago, 2010: 164). Se a afirmação saramaguiana com a qual abri este ensaio parece apontar mais para uma associação entre mal e biologia, esta última citação parece sugerir que o mal decorre mais da cultura. Se combinarmos as muitas afirmações de José Saramago sobre a natureza humana, creio que poderemos chegar a uma definição do seu pensamento: o mal vive tanto da biologia como da cultura. Mas a questão não é tão simples quanto esta minha formulação indica. Há que ver, caso a caso, se a fonte principal do mal está mais do lado da biologia ou é mais determinada pela cultura (ideologia, mundividência, ou como quer que queiramos nomear o mundo das ideias). As variáveis e as incógnitas são tantas e tão intrincadas que ninguém nem nenhuma teoria (fundamentada mais nas ciências da vida ou mais nas ciências sociais e humanas) é capaz de explicar o mal.

Ao mesmo tempo, contudo, não devemos cair nem na facilidade de ceder perante a alegada impenetrabilidade do mal, nem no erro de propor interpretações fáceis. Saramago não optou por nenhuma destas tendências gerais, e *Terra do Pecado*, o seu primeiro livro e também a sua primeira representação literária do problema do mal (e do bem), está já de acordo com a estimulante noção de mal de Adi Ophir, em *The Order of Evils*: mal como superfluidade (não enquanto necessidade), como o que não deveria ser; como uma dimensão da realidade, não como uma entidade transcendente. Ophir sustenta a noção de «superfluous evils» para pôr em evidência «the unnecessary social and historical productions of evil» (Ophir, 2005: 11). O mal, supérfluo para quem o sofre, poderia ser prevenido ou aliviado por quem o pratica, mas não o é, e é por isso que o autor se refere à superfluidade como a essência dos acontecimentos que nomeamos através do termo «mal».

Estou cada vez mais em condições de me concentrar no mal problematizado em *Terra do Pecado* (que será também o mal equacionado noutros livros de Saramago, em particular n' *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* e em *Caim*): um mal supérfluo, não-necessário, mas que é, em vez disso, sistemático em termos de produção e distribuição histórico-social e cultural; mal como fenómeno social e ideológico, como cultura e produto da cultura. No ensaio *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago*, Manuel Frias Martins escreve: «Para Saramago, o bem não tem necessidade de Deus, sobretudo se pensarmos no Deus teológico, ou no Deus dos sistemas religiosos, cuja representação organiza ambos os romances bíblicos» (Martins, 2014: 154). Aproveito a fórmula de Manuel Frias Martins e

afirmo: para Saramago, o mal não tem necessidade de Deus. O Homem é o único autor e executante do mal. Assim introduzo já a ideia da total inocência e inexistência de Deus, que Saramago e outras personalidades fortes, da literatura e das artes às ciências e ao pensamento e à ação em geral, têm proclamado com recurso a argumentos bem mais coerentes do que os daqueles que, às vezes com não pouca violência, defendem o contrário. Em «O fator Deus», em 2001, Saramago responsabiliza única e exclusivamente os seres humanos por todos os tipos de crimes cometidos sobre outros seres humanos:

E, contudo, Deus está inocente. Inocente como algo que não existe, que não existiu nem existirá nunca, inocente de haver criado um universo inteiro para colocar nele seres capazes de cometer os maiores crimes para logo virem justificar-se dizendo que são celebrações do seu poder e da sua glória, enquanto os mortos se vão acumulando, estes das torres gémeas de Nova Iorque, e todos os outros que, em nome de um Deus tornado assassino pela vontade e pela ação dos homens, cobriram e teimam em cobrir de terror e sangue as páginas da História. (Saramago, 2001: 25)

Deus ou os deuses são, para Saramago, faces de um mal construído não à imagem e semelhança de Deus ou dos deuses, mas à imagem e semelhança do seu único autor: «O homem é cruel sobretudo em relação ao homem, porque somos os únicos capazes de humilhar, de torturar e fazemos isto com uma coisa que deveria ser o contrário, que é a razão humana» (Saramago, 2010: 154).

Em bom rigor, José Saramago não vê no mal um problema teológico; encara-o, antes, como um problema eminentemente humano. Uma vez que Deus, para Saramago, não existe, simplesmente não se coloca a questão de saber como é que um Deus bom pode ter criado um mundo no qual abunda o sofrimento inocente. Saramago rejeita o argumento de Kant, para quem uma questão como aquela estava fora dos «limites da filosofia» (Neiman, 2005: 17) porque Deus «excedia os limites do conhecimento humano» (Neiman, 2005: 17). O diálogo de Saramago com Deus é um diálogo com um mundo cultural orientado por uma Igreja que, segundo o autor, não deixa o homem ser autónomo e livre. Saramago dirige uma resposta indireta mas inequívoca a Kant no romance *Caim*, nas palavras do assassino de Abel, que reage com impaciência à afirmação (dos anjos) de que «Os desígnios de deus são inescrutáveis» (Saramago, 2009: 142): «Estou cansado da lengalenga de que os desígnios do senhor são inescrutáveis, respondeu caim, deus deveria ser transparente e límpido como cristal em lugar desta contínua assombração, deste constante medo, enfim, deus não nos ama (Saramago, 2009: 142).

A teologia parte do pressuposto de que o divino existe, de uma forma ou de outra, enquanto que toda a literatura e todo o pensamento de Saramago se fundamentam na ideia, assumida sem reservas e resolvida sem qualquer hesitação, de inexistência de Deus. O Saramago cidadão escreveu e declarou inúmeras vezes essa sua posição ideológica. O que distingue Saramago da generalidade de quem, no dia a dia, diz ser ateu ou (eufemisticamente) não-crente reside nos argumentos e na intensidade com que o autor os articula. Não se trata só de dizer algo como eu sou ateu e nada tenho a ver com quem se diz crente nem com o efeito da religião na humanidade. A noção de mal e o lugar que este conceito ocupa na história da humanidade estão presentes em toda a argumentação de Saramago. Esta frase lapidar de Gore Vidal poderia ter sido dita e escrita pelo autor de *Terra do Pecado*: «O grande mal indizível no centro da nossa cultura é o monoteísmo» (*apud* Dawkins, 2017: 62). Não recorro a esta fórmula por ela se me impor como sonante e primorosa no seu poder de síntese. Uso-a porque a partir dela poderei partir para um desenvolvimento de várias possibilidades de análise da obra de Saramago, que é, por sua vez, como tenho tentado provar noutros ensaios, uma análise da humanidade à luz do conceito de mal.

Não exagerarei se disser que, para Saramago e Gore Vidal, religião (abraâmica, monoteísta) e mal são termos sinónimos. O que Gore Vidal escreveu a seguir àquela frase poderia ter sido escrito ou subscrito por Saramago:

A partir de um texto bárbaro da Idade do Bronze conhecido como Antigo Testamento, evoluíram três religiões anti-humanas – o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. Trata-se de religiões de um deus do céu. São literalmente patriarcais – Deus é o Pai Todo-Poderoso – daí o desprezo pelas mulheres desde há 2000 mil anos nos países atormentados por esse deus do céu e pelos seus representantes masculinos na terra. (*apud* Dawkins, 2017: 62)

Na mesma linha de raciocínio, poderemos dizer que Gore Vidal não colocaria qualquer objeção a estas palavras de Saramago: «Trazemos o diabo e Deus dentro de nós: aqui nasceram e aqui continuam a viver. O bem e o mal são obra humana. Não posso acreditar num Deus que não existe ou que nunca se apresentou. Eu não preciso de Deus. Nunca tive qualquer crise religiosa. Vivi o meu ateísmo numa tranquilidade total. E digo a mim mesmo: nasceste, estás a viver, morrerás, e acabou-se» (Saramago, 2010: 133).

Só por si, a frase «O grande mal indizível no centro da nossa cultura é o monoteísmo» (*apud* Dawkins, 2017: 62) pode elucidar em parte muitos dos momentos

trágicos da história da humanidade, mas não esclarece tudo, nem muito menos nos fornece uma interpretação convincente para o estado do mundo, quer para aquele que se encontra em paz (relativa, porque não nos podemos esquecer do terrorismo), quer para os territórios assolados por guerras religiosas (que são sempre mais do que *só* guerras religiosas). Aplico o mesmo princípio às inúmeras observações que Saramago nos deixou sobre religião. Vistas isoladamente, essas considerações explicam apenas as mortes em nome de Deus, como se a religião valesse por si só e nada tivesse a ver com outros aspetos e campos da sociedade e da existência humana. Prossigo com outra citação de Saramago: «Matou-se, efetivamente, em nome de Deus. Eu acho que se matou muito mais em nome de Deus do que em nome de qualquer outra coisa. Isto é, as religiões, todas elas, nunca fizeram nada para aproximar os seres humanos. Pelo contrário, uma religião é motivo de divisão» (Saramago, 2010: 133). Para ficarmos com uma noção ainda mais exata do que foram as reflexões de Saramago sobre os efeitos da religião ao longo da chamada grande História, transcrevo outro fragmento:

A Igreja católica confundiu-se muitas vezes – demasiadas vezes – com uma associação de criminosos. Inventou a Inquisição para vigiar o grau de fidelidade às crenças cristãs, sobretudo na sua versão católica, e a partir daí organizar um sistema repressivo implacável e de uma crueldade absolutamente diabólica, que nega qualquer direito que a Igreja suponha ter para interferir na vida de cada um. Que, no fundo, é o que ela quer, a Igreja não está nada preocupada com a minha alma ou com a sua – ela própria tem muitas dúvidas sobre essa questão de haver alma – porque o que quer controlar é o meu corpo e o seu corpo para purificar-se, e assim acumulou um passivo nestes dois mil anos de uma lista de mortos interminável por causas distintas. (Saramago, 2010: 135-136)

O que Saramago não diz explicitamente tanto nas citações que acabo de apresentar como em muitas outras é comunicado em matéria literária nos seus romances (em toda a sua literatura). Quero dizer: a religião, tal como Saramago no-la apresenta, faz parte de uma dominação que é ao mesmo tempo cultural, política e económico-social. A religião (e a dominação em que ela se inscreve) não é um simples elemento que quem a rejeita e dela é vítima possa interpretar como simples ausência ou privação do bem, segundo a doutrina antiga da não-existência do mal; é um mal supérfluo, desnecessário, para voltarmos a Adi Ophir. A religião, para Saramago como para Gore Vidal e muitos outros escritores e pensadores, tem sido um instrumento de opressão de muitos às mãos de poucos, que detêm igualmente outras formas de poder ou delas beneficiam para discriminar, excluir, marginalizar, aniquilar física, psíquica e materialmente. José Saramago

considera que a religião não tem cumprido aquela que poderia ser a sua função e por isso afirma, mais uma vez sem qualquer eufemismo: «Não suporto a maldade e a hipocrisia que cresceram à sombra não só do cristianismo como das religiões em geral, que nunca serviram para unir os homens» (Saramago, 2010: 135). O «fator Deus», como Saramago gostava de dizer, assume, como se deduz facilmente de todas citações que já apresentei, uma implicação antropológica e cultural: é um fator que tem determinado radicalmente as consciências, os comportamentos e as condutas de povos e de comunidades.

Apesar da amplitude e da força dos efeitos do elemento religioso na configuração da sociedade ocidental, tendemos a ignorar ou a desconsiderar as suas consequências (negativas), a não ser quando o mal nos chega de fora (dos radicais islâmicos, sobretudo). A visão de Saramago sobre as relações entre a religião e a sociedade, tal como aparece delineada na sua obra literária, corrige ou aperfeiçoa as explicações que disciplinas como a Sociologia, a História e a Política nos dão sobre os tipos de dominação. Explico-me, espero, já a seguir.

Em *Terra do Pecado*, a religião surge como um mecanismo de dominação que limita e destrói as expectativas e as possibilidades de vida feliz de uma mulher (e não só) que, à partida, teria tudo para se realizar enquanto pessoa. A protagonista, Maria Leonor, enviúva e torna-se, de repente, a responsável pela gestão da quinta em que vivia com o marido e os dois filhos pequenos. A sociedade patriarcal portuguesa da primeira metade do século passado não deixa qualquer espaço para ela se realizar enquanto mulher jovem com uma sexualidade que, tal como hoje é entendida pela generalidade da sociedade europeia, não tem necessariamente de estar limitada ao casamento. O breve momento em que ela se envolve fisicamente com o cunhado marcará toda a narrativa. A opressão desta mulher está nela própria, antes de mais, que se culpabiliza e martiriza pelo seu ato, mas vem também de uma criada, Benedita, que quase surpreende a ama naquela repentina comunhão erótico-sexual com o cunhado. A criada, cujo nome com ressonâncias religiosas não foi com certeza escolhido por acaso pelo jovem Saramago, não presencia o envolvimento, mas apercebe-se dele e não mais deixará de recriminar a «senhora». Não se trata apenas de uma autocondenação momentânea nem de uma recriminação também passageira. A vida destas duas mulheres passa a ter subjacente, de modo muito agudo e durante semanas até ao desfecho abrupto, os sentimentos de pecado, remorso e culpa.

Se não dermos a devida atenção ao fator religioso, a dominação patriarcal da sociedade que o romance retrata fica esquecida (ou quase). Maria Leonor é mulher,

educada, proprietária e patroa. Esta convergência de elementos parece contrariar a natureza patriarcal da sociedade ou, melhor, tornar esta mulher imune aos seus efeitos. Mas o facto religioso torna-a dependente de uma mulher (a criada) que, por sua vez, é um modelo perfeito da dominação patriarcal e religiosa. No contexto da literatura portuguesa dos anos 40 do século XX, *Terra do Pecado* é um romance único, ao pôr tão em destaque a mundividência de uma mulher e a violência sexista que toda a sociedade exerce sobre ela. A interioridade desta personagem feminina é objeto de uma atenção minuciosa ao longo de todo o romance, e isso é bem elucidativo dos propósitos do autor-narrador, que quer privilegiar os efeitos da religião na visão feminina do mundo e da sociedade e nos comportamentos de uma mulher como Maria Leonor, cuja independência a vários níveis, incluindo a económica, não basta para a tornar livre. A criada compreendeu a tragédia da ama, que, como mulher jovem, não foi capaz de refrear a sua natureza sexual (a natureza de qualquer mulher e de qualquer homem jovens e saudáveis) após a morte do marido, primeiro com o cunhado, depois com o médico e amigo da família, o doutor Viegas, quando já havia acordado casar-se com ele. Ainda assim, ela própria não pôde deixar de se recriminar e acabou por se convencer de que o casamento com Viegas, visto como um recurso para terminar com as recriminações de Benedita, não era, afinal, uma solução:

Podia casar. Benedita, afinal, adorava-a e guardaria silêncio através de tudo. E ainda que a sua dedicação tivesse morrido, o silêncio seria guardado do mesmo modo. Mas a imensa absurdez daquele casamento impôs-se-lhe como uma sombra escura. Sentia que, depois de conhecer Viegas tão intimamente, não poderia casar com ele. Era quase uma repugnância física que se opunha. (Saramago, 2015: 323)

O que vem imediatamente a seguir, agora em discurso indireto livre, expõe ainda mais a perturbação desta mulher, cativa da incompatibilidade entre a sua natureza física, o seu corpo, e as convenções e as leis patriarcais e, acima de tudo, religiosas:

Mas não casando, era possível, santo Deus, continuar a vê-lo? Que seria a vida com a recordação daquele dia, daquela horrível meia hora, a erguer-se entre ambos? O casamento seria a água que lavaria a mancha. Mas não podia, não podia!... Casar? Não! Era impossível! [...] A própria recordação do pecado, a lembrança de que se tinham pertencido quando ainda não tinham esse direito, ensombraria a vida de ambos: acabariam por odiar-se. E teria ela coragem de dizer aos filhos que ia casar com o médico? E o que diriam os criados, toda a gente da quinta, toda a gente de Miranda? (Saramago, 2015: 323)

O narrador deste romance pouco tem a ver com o futuro autor-narrador saramaguiano. Contudo, percebe-se já que não é com a (aparente) neutralidade nem com a superioridade moral de um repórter naturalista que ele quer contar uma história. Inúmeros indícios sugerem ao leitor que este narrador não aceita a condenação de Maria Leonor a uma vida de sacrifício moral e físico-sexual por lhe ter morrido o marido. As transcrições anteriores são um bom exemplo desse compadecimento de Saramago (podemos dizer assim) em relação à sua personagem, mas há outras passagens não menos expressivas e menos passíveis de uma interpretação dúbia, por serem da responsabilidade única do autor-narrador. Neste comentário a uma atração física recíproca e natural entre Maria Leonor e Viegas, o tom é de aceitação e celebração da força da natureza e das suas leis de criação de vida: «Ambos, naquele momento, sentiram o que devem ter experimentado o primeiro homem e a primeira mulher no momento da revelação do sexo, quando as diferenças físicas se patentearam e o instinto deu o primeiro alarme, ateando nas veias o fogo desconhecido» (Saramago, 2015: 289). Sei que uma passagem como esta pode ser interpretada à luz do primeiro Naturalismo de Zola e Eça de Queirós (o desejo sexual descontrolado e mal-dirigido), mas mantenho esta leitura, antes de me pronunciar, mais à frente, sobre esta questão de estética literária.

Outras referências à força irreprimível do corpo sexual e instintivo de Maria Leonor não apontam menos para o ponto de vista do narrador-autor, que numa passagem como esta nos comunica toda a dramática e avassaladora falta de liberdade sexual de uma mulher, prisioneira não propriamente dos naturais e universais imperativos da libido mas sim da impossibilidade de os extravasar sem sentimentos avassaladores de culpa:

E no silêncio da casa pensativa, alheia ao seu martírio, Maria Leonor levantou para o teto os punhos cerrados, num desejo de morrer naquela agonia voluptuosa, entorpecida pelos perfumes da noite, numa ânsia de dissolver o corpo e o espírito no vinho quente e embriagado que lhe corria nas veias. (Saramago, 2015: 147)

À libido enquanto energia sexual e manifestação do desejo e do prazer físicos, tão natural quanto a respiração ou a necessidade de comer, esta mulher responde com vergonha, retração e sentimentos de culpa. É fácil de deduzir que as coerções socioculturais e religiosas a impedem até de praticar a masturbação e de, com esse ato, atingir ao menos alguma pacificação corporal e mental. Se a libido se impõe, desse ato privado advirá também uma acentuada autoculpabilização. Maria Leonor rege-se por um código histórico-

teológico que a afasta da possibilidade de qualquer tipo de satisfação sexual fora da legitimação do casamento católico. O desejo erótico-sexual do seu corpo e o desejo de um outro corpo são vistos como adultério pecaminoso, não como expressão da liberdade mais pessoal e íntima. Esta mulher é tudo menos uma «viúva alegre», para me valer de uma expressão portuguesa cujo significado, de tão óbvio, prescindo de comentar. Um sonho erótico, esse espaço que a psicanálise nos diz ser espaço de realização de desejos reprimidos, é, para ela, sinal de lascívia e mesmo motivo de autoflagelação, ato «abominável» (Saramago, 2015: 147):

Noite alta, acordou sobressaltada, com o coração a pulsar numa agonia horrível. Tivera um sonho abominável, e agora, desperta, com os olhos esgazeados para o retângulo claro da janela, torcia-se na cama, com os dedos enterrados nos flancos, comprimindo-os brutalmente. Sentia-se enlouquecer. O aroma acre da noite entrava em ondas perfumadas pela janela e inundava-a numa carícia lenta e insidiosa, como os afagos duns dedos macios e fortes. Passavam-lhe no cérebro pensamentos que a faziam enlanguescer e lhe levavam aos lábios gemidos doces, palavras inarticuladas, balbuciadas por entre as lágrimas que lhe corriam e secavam nas faces ardentes. (Saramago, 2015: 147)

Terra do Pecado é um livro ímpar tanto na bibliografia de José Saramago como no panorama da literatura portuguesa. Embora sem o fulgor estético e ideológico que marcará as suas obras mais marcantes, é já a religião que Saramago visa neste romance. Eça de Queirós e outros naturalistas e realistas, para me referir a modelos ético-literários que Saramago conhecia, reprovam não propriamente a religião e a Igreja, mas antes a presença excessiva da máquina clerical na sociedade civil, em particular a sua influência sobre as mulheres, o seu papel na educação dos jovens e a sua ação no comércio de relíquias. São muito conhecidas as palavras de Eça no prefácio à edição de 1880 de *O Crime do Padre Amaro*, «que, como podem ver neste novo trabalho, é apenas, no fundo, uma intriga de clérigos e de beatas tramada e murmurada à sombra de uma velha Sé de província portuguesa» (Queirós, s.d.: 13). Em *Terra do Pecado*, o sentimento de pecado sexual está, e de modo muito agudo, nas personagens e na sua visão judaico-cristã do mundo, não na perspectiva do autor-narrador, que não se revela apenas arrojado e verdadeiro na descrição que nos fornece dos conflitos morais e físicos de uma mulher jovem privada de amor carnal; a visão que ele tacitamente nos propõe da sexualidade feminina é também moderna, progressista.

Com o que acabo de afirmar não estou a sugerir que a protagonista feminina de O

Crime do Padre Amaro, Amélia, é alheia ou indiferente à ideia de pecado. Há momentos em que ela se arrepende, sofre genuinamente e promete a si mesma mudar de comportamento, mas isso tem mais a ver com pequenas dúvidas e equívocos pontuais surgidos no relacionamento com o padre Amaro do que com uma atitude de fundo autenticamente religiosa e moral. Ao contrário daquela que é a primeira personagem feminina de Saramago, a Amélia queirosiana, até ao desfecho trágico (a gravidez e a sua morte), frui uma sexualidade que a faz exultar de alegria e de vontade de viver, a ponto de querer casar com outro homem para cumprir os preceitos sociais e poder continuar a encontrar-se com o padre Amaro. Apesar de tudo o que as distingue (uma é solteira, mais jovem, a outra é viúva, culta, mais experiente, tem dois filhos), a religião e a sociedade condenam-nas ao sofrimento e à anulação. É assim porque, e voltamos à questão que enunciei acima, nenhuma delas pode realizar-se sexualmente senão dentro do casamento. Qualquer ato sexual, inclusive a masturbação, concretizado fora dessa instituição é pecado (mal) carnal.

Mas os contextos e os termos em que condenação e a tragédia destas personagens femininas se concretizam não são os mesmos em Eça e em Saramago. Eça de Queirós não era um antirreligioso, como é sabido. O autor de *O Crime do Padre Amaro* não contestava o cristianismo nem (ao contrário do que veio a suceder com Saramago) a mensagem dos evangelhos, nem, aliás, a boa prática sacerdotal, representada na sua obra por figuras generosas como o abade Serrão e o padre Soeiro. O respeito de Eça por Cristo e por vários santos, assinalado em vários contos, dizem também muito da sua compreensão e aceitação do humanitarismo religioso.

De José Saramago, em *Terra do Pecado*, não podemos dizer que seja já um antirreligioso convicto, ao menos nos termos em que o Saramago futuro o é, mas a religião é já entendida como desnecessária (um mal). Neste romance de juventude, o dr. Viegas, o médico da família, é, em parte, o *alter ego* do jovem Saramago. Contudo, nem ele, ateu confesso, homem de ciência e dotado de grande poder dialético, é capaz de contrariar satisfatoriamente as relações de poder religioso e os preconceitos impostos pela sociedade. O romance termina com a notícia da morte inesperada e violenta de Viegas, num acidente acontecido na viagem para sua casa, logo após o episódio sexual com Maria Leonor. Suicídio ou não, podemos ao menos suspeitar que esta morte está relacionada com esse acontecimento: «← Vínhamos informar a senhora de que o senhor doutor morreu. Encontraram-no no fundo do dique, com a charrete espatifada e o cavalo morto, também. Deve ter caído...» (Saramago, 2015: 325).

Afirmar há pouco que Saramago não se comporta como o típico autor realista e naturalista do século XIX. Não são as pulsões nem os abruptos comportamentos sexuais de Maria Leonor que *Terra do Pecado* acusa. Dizer que esta figura sofre de «incontinência sexual» (Costa, 2001: 34), e, a partir daqui, interpretar *Terra do Pecado* como um romance de matriz naturalista é um erro de avaliação que nos desvia da substância deste livro. Este romance retrata uma sociedade tradicionalista que esmaga a vida individual numa das suas esferas mais humanas (naturais), íntimas e privadas: a sexualidade. Poder-se-á dizer que a morte do médico concretiza, à maneira naturalista mas não sem novidade (são a rapariga sexualmente desregrada e a adúltera que costumam ser castigadas com a morte), a necessidade moral de punir a mulher incapaz de controlar os seus impulsos sexuais e de, com esse exemplo, morigerar os costumes. Todavia, esta é uma leitura demasiado livre de uma narrativa que é muito mais complexa nos seus fundamentos ideológicos do que poderá parecer se nos deixarmos iludir pela leitura apenas naturalista. Julgo que toda a argumentação e todos os exemplos que apresentei até este momento são esclarecedores desta minha tese, mas prossigo com mais elementos.

Maria Leonor não é uma personagem quem vem acriticamente de Eça de Queirós, Émile Zola, Gustave Flaubert ou Tolstoi; não é Amélia de *O Crime do Padre Amaro* (1875; 3.^a versão, 1880), nem Luísa de *O Primo Basílio* (1878), nem Thérèse de *Thérèse Raquin* (1867), nem *Madame Bovary* (1857), nem *Anna Karenina* (1877; obra que adota os modelos naturalistas mas também os supera com génio). *Terra do Pecado* analisa a condição da mulher, mas não o faz exatamente nos mesmos termos e com as intenções do romance naturalista. Saramago não vê em Maria Leonor, em tom reprovador, apenas um temperamento sensual, nem na sua energia sexual uma perversão, um sintoma de histeria ou de loucura; vê uma mulher com a sua sexualidade natural, as suas contingências, os seus erros e arrependimentos, e sugere-nos que ela (e não a sociedade e a religião) deveria ser a única juíza dos seus atos (sexuais). O sentido da influência do ambiente religioso nos comportamentos da personagem é também muito distinto do dos romances naturalistas. Não há propriamente anticlericalismo neste romance. O padre que frequenta a casa de Maria Leonor é um homem bom, tranquilo, em cuja prática sacerdotal e espiritualidade nada há da malícia dos padres queirosianos.

Tenho aproximado o primeiro romance de Saramago, por contraste, da doutrina naturalista, por duas ordens de razões que se interligam. Primeiro, porque, numa leitura menos atenta, *Terra do Pecado* parece esgotar-se na exploração linear de alguns dos temas

naturalistas por excelência: o sexo, a devoção religiosa e a influência da religião nos pensamentos, nos atos e na moralidade. Em segundo lugar, porque essa aproximação é nuclear nas páginas que José Horácio de Almeida Nascimento Costa dedica a *Terra do Pecado*, no estudo *José Saramago: o Período Formativo*, que constitui a tese de doutoramento que este ensaísta apresentou à Universidade de Yale em 1994. Não me revejo na leitura deste autor, mas compreendo melhor o romance por ter lido e analisado os argumentos que, com seriedade e inteligência, ele apresenta.

Antes de mais, saliento, novamente, o essencial do romance, e neste ponto distancio-me já de José Horácio Costa, que interpreta o primeiro livro de Saramago à luz dos grandes temas naturalistas que enumerei no parágrafo anterior. Em *Terra do Pecado*, não se trata simplesmente de dar a ver os devaneios de uma mulher que se debate com a força instintiva do seu corpo sexual. O romance problematiza as bases mais profundas da sociedade patriarcal e religiosa portuguesa (a rural, que é a do espaço social e económico do romance, antes de mais, mas também a urbana, por extensão) e as suas implicações na mundividência e na vida de uma mulher (viúva) jovem. A frequência e a acuidade da atenção que o narrador consagra a esta personagem são os primeiros indícios do que poderá ser a perspetiva não-naturalista que recai sobre ela, a partir de um tratamento que em quase tudo parece ser, à primeira vista, naturalista. Mais ou menos consciente ou inconscientemente, aliás, ao expor tão em pormenor as emoções, os sentimentos e os conflitos de Maria Leonor, o jovem Saramago está a superar os excessos doutrinários do Naturalismo, que olhou muitas vezes para a mulher desde uma perspetiva (demasiado) redutora e injusta.

Não é apenas Maria Leonor que fala de si, como veremos a seguir. Para já, vejamos aquele que considero ser o momento mais sintomático da tese que tenho vindo a defender. Uma fala do médico da família, ateu assumido, resume a superação do Naturalismo que, com grande originalidade, se consubstancia em *Terra do Pecado*. Apesar de ser relativamente longa, cito-a na íntegra, antes de me explicar:

– Não aprovo! Mas, entendamo-nos!... Lá em baixo falou a surpresa pela boca do convencionalismo rígido da moralidade habitual; aqui fala o homem natural perante o facto natural. Não foi assim que puseste a questão? Eu já previa isto... Esperavas agora que te censurasse, não é verdade? Neste momento pregam-se por esse mundo fora dezenas de sermões execrando o teu pecado, escrevem-se dezenas de livros em que se prova por á mais bê que uma ação dessas tem como remate necessário as penas do Inferno. E depois de tudo isso, ainda querias que te censurasse? E quem há de defender-te? Deus? (Saramago,

2015: 207)

Estas palavras são a resposta contundente do dr. Viegas à avaliação que Maria Leonor faz do envolvimento sexual com o seu cunhado cuja consumação não se verificou devido à aproximação da criada Benedita. A primeira parte é a reação à surpresa de Maria Leonor perante a mudança de atitude do médico em relação ao momento em que tomou conhecimento do caso pela primeira vez (um pouco antes): «– O doutor, lá em baixo, indignou-se, e agora quase aprova...» (Saramago, 2015, 207). Transcrevo também essa parte, que antecede a citação anterior e com ela fornece uma visão do mundo que contraria a de Maria Leonor e a da generalidade da sociedade portuguesa retratada no romance (patriarcal, misógina e beatamente religiosa, como já referi):

– Morres, hem?... Ora, não digas disparates! Quem é que fala aqui em morrer? A vida é dos vivos e não dos mortos, que não servem para outra coisa senão para estar mortos e para atropelar os que vivem. Não fazemos mais que lidar com fantasmas e só não lidamos com esqueletos por simples repugnância. Admiro-me como ainda não chegamos ao extremo de guardar os nossos mortos em armários envidraçados providos de rodas, para nos acompanharem por toda a parte, a fim de que o defunto não perdesse nenhum dos nossos movimentos. Mesmo assim, temos sempre ao lado um espectro qualquer, tão inevitavelmente agarrado a nós como a própria sombra, e é a ele que sacrificamos tudo, porque, em primeiro lugar, é preciso não o ofender, ainda que isso nos custe sofrimentos inenarráveis! (Saramago, 2015: 207)

O ideário naturalista converge em Maria Leonor, mas não nas intenções mais profundas do romance, que é, tal como o entendo, uma superação do ideário naturalista. Concordo com José Horácio de Almeida Nascimento Costa quando ele compara a personagem feminina de Saramago a personagens e a obras de Zola e vê nelas «o mesmo fatalismo, a mesma submissão ao sexo, o mesmo desespero advindo da consciência de sua humanidade bestial» (Nascimento, 1994: 23). Todavia, *Terra do Pecado* expressa um juízo crítico relativamente à sociedade num sentido muito mais amplo e numa direção distinta da das teses literárias naturalistas. O romance visa não a mulher mas sim a religião enquanto ideologia que rege todos os comportamentos individuais e sociais. Se há Naturalismo no primeiro romance de Saramago, é um Naturalismo contra o Naturalismo de escola rígido e de eficácia duvidosa. O jovem escritor não imita o Naturalismo; revê-o, critica-o, supera-o.

Ou seja: *Terra do Pecado* não pretende evidenciar, à maneira naturalista, a decadência moral do mundo burguês e das suas instituições. O núcleo da crítica do romance não são os comportamentos e as pulsões de Maria Leonor, a quem o racional dr.

Viegas propõe casamento porque sabe que a sexualidade dela necessita de se manifestar livremente, mas num contexto autorizado pela religião e pela sociedade. Saramago visa a religião cristã enquanto programa que relega a sexualidade exclusivamente para o interior da instituição do casamento (religioso, subentende-se, não apenas civil) e pune sem condições quaisquer desvios, mesmo que pontuais, a essa ordem. Daí o pragmatismo da proposta de Viegas, que, aliás, traído pela sua formação, esteve quase a revelar à «paciente» Maria Leonor a leitura clínica que se lhe impunha como óbvia, digamos assim, e que ela, no fundo, conhecia bem: «– De resto, tu não precisas de um marido...» (Saramago, 2015: 281). Em focalização interna, o que naquelas palavras se sugere é-nos dito mais diretamente: «A idade, o temperamento dela, aquela exaltação nervosa de que ele bem conhecia a causa» (Saramago, 2015: 281).

Uma longa digressão de Maria Leonor explicita bem o que acabo de dizer. O interlocutor é o médico, que, como vimos, reage com veemência ao moralismo, à superstição e à crueldade a que a religião vota os crentes. Para justificar o que aconteceu entre ela e o cunhado, Maria Leonor chega a pedir a Viegas que lhe traga do escritório Os *Primeiros Princípios* (1860-62), do inglês Herbert Spencer (1820-1903), obra que inspirou os autores naturalistas na sua ânsia de analisar e representar o ser humano a partir da sua vertente animalesca e instintiva, dos seus comportamentos patológicos, da sua agressividade e da sua fisiologia, dos seus desejos e desvios sexuais. Maria Leonor assume estar presa por forças incontroláveis contra as quais não pode lutar (e por isso põe a hipótese de se suicidar, apesar de ser mãe de um filho e uma filha). No seu autorretrato ecoam muito visivelmente as teses literárias naturalistas, fundadas na ciência, em particular no evolucionismo de Charles Darwin, no socialismo científico e no positivismo de Spencer.

Como notei no parágrafo anterior, Maria Leonor pede o livro de Spencer a Viegas, que o vai buscar e pergunta: «– Para que o queres tu?». A resposta é eloquente da incompatibilidade entre a interpretação racional que Maria Leonor constrói do seu comportamento e o modo emotivo como ela o vivencia, tal é o enraizamento na sua (in)consciência da moral sexual determinada pela religião:

– Quero sentir que, no fundo, isto nada vale, desde que eu mantenha a serenidade suficiente para não deixar de pensar na grandeza esmagadora do Universo. Quero sentir-me íntegra, idêntica à fêmea irracional que traiçoa pela primeira vez o macho preferido, já depois dele morto... Sei que é impossível sentir-me deste modo, mas, se o não consigo, um pouco que seja, não poderei chegar ao fim!

Apertou com força o livro contra o peito e continuou:

– É simples. Tudo isto é simples e claro, duma simplicidade e duma clareza naturais... Uma mulher, um homem, a chispa que salta, a razão que se encandeia, e é tudo... (Saramago, 2015: 205)

As emoções e os sentimentos impostos pela moral religiosa sobrepõem-se à razão, à visão alargada do mundo de Maria Leonor, mulher que se interroga e procura pensar por si, e o resultado é a submissão da sua inteligência e da sua formação intelectual a sentimentos de culpa e de pecado. A fala anterior prossegue assim, sem interrupções:

– Quando sucedeu, achei-me reles, baixa como a lama, abjeta como um escarro, pensei que não podia viver mais. Depois, acalmei-me, concluí que não agira propriamente como mulher, como representante de uma espécie distinta e superior, em que a posse animal foi adornada, crismada, enfeitada de palavras lindas, que a tornaram apresentável, capaz de não ofender os ouvidos mais castos e os sentimentos mais puros: eu procedera como a fêmea pré-histórica, que se embrenhava no mato, berrando, ciosa pelo macho, e que se espojava depois na terra fecunda e negra. Eu era brinquedo das forças naturais do sexo, as mais misteriosas forças da vida, que são o anseio íntimo para a imortalidade dos deuses. Foi pensando isto que me acalmei: desde que fora tudo consequência duma causa de que me não era possível defender, sentia-me irresponsável como o cavalo que alguém guia para um abismo. Não me cabia responsabilidade na queda, alguém me impelia, alguém me guiava... (Saramago, 2015: 205-206)

A fala seguinte confirma a autoinscrição da personagem como caso de estudo apropriado aos escritores naturalistas, que exploravam com minúcia e comprazimento casos e temperamentos patológicos: «– Creio que sei o que está pensando. Desde o histerismo até à loucura, já admitiu todas as hipóteses, não é verdade?...» (Saramago, 2015: 206). Cito ainda a fala que antecede as réplicas do médico, quer porque nela Maria Leonor se refere à causa concreta (a ama Benedita) que a impede de se pacificar com a tese da força e da naturalidade do instinto sexual, quer porque a doutrina naturalista é, mais uma vez, convocada diretamente, na expressão «teoria da fatalidade» (Saramago, 2015: 206):

– Tudo se recomporia se a consciência daquela irresponsabilidade se mantivesse, e eu sabia que tal era impossível. Há pouco, senti de novo a minha abjeção, a altura da minha queda. A Benedita tem um olhar perfurante, que vasculha o mais escondido da minha alma. Tudo o que eu laboriosamente procurei reconstruir, esta teoria da fatalidade, desaba com um fragor horrível que me endoidece. Não resisto a esta perseguição, doutor! Eu morro! (Saramago, 2015: 206).

A primeira personagem feminina de José Saramago exhibe recursos intelectuais e

uma dialética muito acima dos de Luísa e de Amélia de Eça de Queirós, que estão ao serviço de uma tese e de uma práxis evidentes: a família lisboeta está decadente e deve ser reformada, e para isso o comportamento (i)moral e social da mulher (burguesa) tem de ser corrigido. Insisto: a preocupação de Saramago recai sobre a mulher, mas, comparativamente ao programa naturalista, o sentido da sua proposta é inverso e mais abrangente. Não é tanto ou só a mulher que tem de se reformar; é a conceção religiosa e moral da sociedade como um todo que deve sofrer uma inflexão. Ou: a mulher reformar-se-á e será livre de escolher e de avaliar os seus comportamentos sexuais e a sua moralidade na mesma medida em que a sociedade se capacitar de que há um mundo privado que não pode ser violado por olhares e preconceitos religiosos e públicos.

No «Aviso», escrito em terceira pessoa, que acompanha a edição da Porto Editora de *Terra do Pecado*, Saramago («o autor») diz-nos que «Não sabe dizer como lhe veio depois a ideia de escrever a história de uma viúva ribatejana, ele que de Ribatejo saberia alguma coisa, mas de viúvas nada, e menos ainda, se existe o menos que nada, de viúvas novas e proprietárias de bens ao luar» (Saramago, 2015: 6). Com este ensaio, não pretendo definir a origem da ideia que conduziu à escrita do romance *A Viúva*, tal como o autor o intitulou. Procuo apenas determinar e compreender a composição, o funcionamento e o lugar na literatura portuguesa de um livro cujo título, *Terra do Pecado*, atribuído pelo editor, situa o leitor, desde o início, no núcleo de sentidos de uma narrativa que nos dá uma interpretação do cristianismo que Saramago haveria de desenvolver noutras obras: ao mesmo tempo que cria e exalta uma entidade, Deus, inexistente, a religião cristã (ou a religião) rebaixa e anula o humano, transforma os seus impulsos e desejos em pecados, em natureza pecaminosa, em mal.

A análise a que submeti o romance serviu-me para confirmar a impressão que se me impôs na primeira leitura, em 2015, e se intensificou em leituras posteriores. Os sentidos de *Terra do Pecado* não são tão lineares quanto podem parecer à primeira vista. Se se atender apenas ou sobretudo à maneira de ser e atuar das personagens principais (Maria Leonor e a criada Benedita), poder-se-á pensar que o romance não constitui uma ameaça (muito pelo contrário) ao imaginário, aos ditames e à organização tradicional do catolicismo (o padre, um homem bom, como o defini, contribuí para esta noção). Todavia, o leitor sensível às palavras e aos atos do médico captará sem dificuldade a mensagem subversiva do livro, escrito num tempo em que a censura oficial impunha ao escritor uma autocensura inevitável e imprevisível nos efeitos literários e ideológicos. Não pretendi mais

do que sugerir e enquadrar estas duas possibilidades de leitura, que, aliás, se complementam e garantem força de ideias ao livro.

Rejeitado pelo autor e (quase) esquecido pela crítica, *Terra do Pecado* é um romance-chave no pensamento e na obra de um escritor universal. Dir-se-á que me contradigo, porque só seis anos depois Saramago concluiria o seu segundo romance, *Claraboia*, que não foi publicado e que o autor acabou também por excluir da sua bibliografia. Apenas em 1977 Saramago voltaria ao romance, agora pai assumido, com *Manual de Pintura e Caligrafia*. Apesar de se tratar de um livro de um autor à procura tanto de um estilo como de uma intriga romanesca, *Terra do Pecado* merece figurar, na história da literatura portuguesa, ao lado dos romances de Aquilino Ribeiro enquanto oposição ao moralismo pequeno-burguês em matéria de instinto sexual.

A libido sem culpabilidade de Aquilino é, no primeiro livro de Saramago, principalmente força perversa e consciência insuportável de pecado (digo principalmente porque em *Terra do Pecado* há, num casal de namorados da casa e num comentário *libidinoso* de uma criada, sinais de um erotismo vivido ou aceite sem o pânico do pecado da ocorrência fora da autoridade institucional e ético-moral). Nesta solução em termos de matéria ficcional, Saramago é, como defendi no início, único. Os padrões tradicionais dos costumes burgueses e da moralidade cristã prevalecem na história narrada, mas o que sobressai para o nosso presente e para o futuro é a consagração da liberdade do desejo erótico segundo as leis da natureza e segundo as escolhas de cada um(a).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Costa, José Horácio de Almeida Nascimento (1994): *José Saramago: o período formativo*, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Yale para obtenção do grau de Doutor em Filosofia, S.l., Edição do Autor.
- Costa, Horácio (2001): «Saramago's construction of fictional characters: from *Terra do Pecado* to *Baltasar and Blimunda*, in *Portuguese Literary & Cultural Studies – On Saramago*, 6: 33-48.
- Dawkins, Richard (2017): *A desilusão de Deus*, tradução de Lígia Rodrigues e Maria João Camilo, 7.^a ed., Alfragide, Casa das Letras.
- Martins, Manuel Frias (2014): *A espiritualidade clandestina de José Saramago*, S.l. [Lisboa], Fundação José Saramago.
- Neiman, Susan (2005): *O mal no pensamento moderno. Uma história alternativa da Filosofia*, tradução de Vítor Matos, Lisboa, Gradiva.
- Ophir, Adi (2005): *The order of evils: toward an ontology of morals*, New York, Zone Books, 2005.
- Queirós, Eça de (s.d.): *O crime do Padre Amaro. Cenas da vida devota*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, de acordo com a edição de 1880, revista pelo autor, precedida de uma carta inédita de Antero de Quental, Lisboa, Edição Livros do Brasil.
- Saramago, José (19/09/2001). “O fator Deus”, in *Público*, 4.019: 25.
- Saramago, José. *Caim*. Alfragide: Editorial Caminho, 2009.
- Saramago, José (2010): *José Saramago nas suas palavras*, edição e seleção de Fernando Gómez Aguilera, 2.^a ed., Alfragide, Editorial Caminho.
- Saramago, José (2015): *Terra do Pecado*, 11.^a ed., Porto, Porto Editora.



SOBRE EL AUTOR

Carlos Nogueira

Cotitular da Cátedra José Saramago da Universidade de Vigo (Galiza, Espanha). Tem publicado livros de ensaio em editoras como a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, a Fundação Calouste Gulbenkian, as Edições Europa-América, a Porto Editora, as Edições Lusitânia e a Livraria Lello. Recebeu o Prémio de Internacionalização da Produção Científica da FCSH / Universidade Nova de Lisboa (2011, 2012, 2013 e 2014), atribuído em função do número de artigos publicados em revistas indexadas na Web of Science, o Prémio Montepio de Ensaio (2012, 2013 e 2014) e o Prémio de Ensaio Jacinto do Prado Coelho (Associação Portuguesa dos Críticos Literários).

Contact information: email: carlosnogueira@uvigo.es